

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES

Antonio Cruz/Agência Brasil



Presidente Gilberto Waller suspendeu o programa

Servidores do INSS e peritos devem receber 70% do bônus

A falta de recursos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que pediu suplementação ao Ministério da Previdência, vai afetar o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB). Servidores do INSS e médicos peritos terão cerca de 30% a menos do valor devido a receber. Comunicado aos servidores informa que a autarquia pretende pagar 69,99% do valor devido

aos servidores na folha de pagamento de setembro, que é paga em outubro. A mensagem do instituto acrescenta que o montante residual será pago assim que a recomposição orçamentária for lançada.

Lembrando que não são somente os servidores os impactados pela falta de dinheiro, serviços e manutenção de unidades estão comprometidos.

Valor do bônus

O valor do bônus para servidores do INSS é de R\$ 68 por processo. Para peritos médicos o valor é de R\$ 75 por perícia ou análise documental.

Os servidores aderiram voluntariamente ao PGB visa reduzir a fila de análises de benefício.

No entanto, diante da

falta de orçamento para chegar até o fim deste ano, o programa foi suspenso em 14 de outubro pelo presidente do INSS, Gilberto Waller Jr. Dados de agosto apontam que 2,6 milhões de pessoas estão na fila. O tempo médio de espera líquido está em 42 dias.

Rinaldo Morelli/CLDF



Deputado Ricardo Vale se manifesta sobre descontos

Iprev começa a descontar de aposentados e pensionistas

O Instituto de Previdência Social do Distrito Federal (Iprev) começou a fazer descontos previdenciários em contracheques de aposentados e pensionistas, mesmo após a aprovação, por maioria (17 votos), do Projeto de Lei Complementar 85/2025 de autoria do vice-presidente da Casa, deputado Ricardo Vale, que suspen-

de os descontos.

O PLC, de autoria de Vale, busca solucionar de forma definitiva a questão da cobrança indevida de contribuições previdenciárias, um problema que afeta diretamente mais de 60 mil famílias, muitos dos quais com idade média próxima aos 70 anos e com custos de saúde crescentes.

Respaldo legal?

“É inadmissível que o Iprev ignore e desrespeite uma decisão do Poder Legislativo, que representa a vontade da população do Distrito Federal”, declarou o deputado. “A lei aprovada na CLDF é a solução mais adequada e definitiva para este problema. Vamos lutar para que seja

sancionado ou, se necessário, derrubaremos o veto do governador.”

Segundo ele, o Iprev parece ter algum respaldo legal para aplicar os descontos, resultando em uma situação em que aposentados e pensionistas se veem prejudicados por uma disputa entre os poderes.

Situação complexa

O Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF) também buscou liminares para suspender os descontos, mas não obteve sucesso. A situação demonstra a complexidade da questão e a necessidade de uma solução definitiva. A professora aposentada

Suely Maria, cujo contracheque demonstra o desconto, é apenas uma dos milhares de aposentados e pensionistas que sofrem com essa injustiça.

O deputado Ricardo Vale garante que a luta continua até que o projeto seja sancionado e o problema seja resolvido.



Marcha iniciou em frente ao museu e terminou em frente ao Congresso Nacional

Marcha contra a reforma reúne milhares no DF

Servidores de todo país se encontraram em Brasília para exigir a retirada da PEC 38

Por Martha Imenes

A reforma administrativa mobilizou servidores públicos municipais, estaduais e federais de todo o Brasil ocuparam a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, nesta quarta-feira (29). As mudanças nas regras para o funcionalismo público tramitam na Câmara dos Deputados sob o número PEC 38/2025. Centrais sindicais e entidades representativas dos servidores, presentes à Marcha Nacional do Serviço Público contra a Reforma Administrativa, cobraram de parlamentares a retirada do texto apresentado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

A reforma administrativa é uma das prioridades definidas pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para discussão em 2025. Além da PEC, o pacote da reforma administrativa contém também um projeto de lei complementar e um projeto de lei.

A reforma prevê, por exemplo, novas regras para concursos públicos, limita o trabalho remoto, prevê avaliação periódica por desempenho, bonificações por metas, amplia vínculos temporários, extingue de cargos por decreto, entre outros pontos.

Reedição da PEC 32

De acordo com servidores, a proposta recita os pilares da antiga PEC 32 e mantém ataques à estabilidade, aos concursos e às garantias de carreira. Para eles, a reforma não combate privilégios — retira direitos e entrega o Estado aos interesses privados. Caso aprovada, resultará em menos concursos, mais terceirizações, cortes salariais, restrição de licenças e férias, e privatização de serviços essenciais.

Anfip

Para o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Miguel Nôvo, a proposta de reforma não pode prosperar. “Essa reforma, além

de trazer muitas inconstitucionalidades, precariza o serviço público e desvaloriza o servidor. A gente precisa debater todos os itens e contrapor tudo que está sendo colocado nessa PEC”, alertou.

Já o diretor do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (AnDES) Diego Marques avalia que é um retrocesso a criação de um cadastro nacional para contratação de funcionários temporários.

“Mesmo que não exista um dispositivo dentro da legislação que viole a estabilidade dos servidores públicos que estão na ativa, na prática, a tendência é que amplas áreas de serviço público não tenham mais concurso com estabilidade”, disse.

“A Anafé está mobilizada em todas as frentes — institucional, parlamentar e de mobilização social — para defender a Advocacia Pública Federal e o serviço público brasileiro. Este é um momento decisivo para demonstrarmos nossa força e unidade. Convidamos cada associado e associada a se somar a essa luta em defesa do Estado e das instituições que servem à sociedade”, afirmou o presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafé), Victor Pinto Chaves.

Durante o ato, o presidente da CUT, Sérgio Nobre, destacou que a unidade das centrais sindicais tem sido decisiva em todos os momentos de enfrentamento e que, desta vez, não será diferente.

“É muito importante porque toda vez que a gente esteve junto, unido — todas as centrais, todas as esferas — a gente venceu, e agora não vai ser diferente. O deputado Pedro Paulo quer enganar o povo dizendo que essa reforma é para melhorar a vida do servidor. Se fosse para melhorar, ele teria construído o projeto junto com os servidores, e não com os setores patronais, que querem de volta a famigerada PEC 32. Nós não podemos ter dúvida disso: o que eles estão discutindo é a PEC 32 com outro nome. E nós já derrotamos ela uma vez — e vamos derrotar de novo, com luta e mobilização”, disse Nobre.

Concentração ocorreu em frente ao museu

A concentração de servidores públicos ocorreu na frente do Museu Nacional da República em seguida foram em marcha até a Esplanada dos Ministérios. Participaram servidores de vários estados como Goiás, Bahia, São Paulo, Espírito Santo, entre outros.

Os manifestantes caminharam até o Congresso Nacional, empunhando faixas como “Reforma Administrativa é o fim do serviço público” e “Nenhum direito a menos”.

Convocação

A Marcha Nacional do Serviço Público contra a Reforma Administrativa foi convocada com o apoio da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, e contou com a participação de parlamentares que se opõem à proposta.

Principais impactos

* Avaliação periódica de desempenho: prevê a demissão por baixo desempenho sem critérios objetivos, abrindo espaço para perseguições políticas e ameaçando a estabilidade, essencial à continuidade dos serviços públicos.

* Bonificações por metas: substituem progressões de carreira por prêmios individuais, impondo lógica competitiva e produtivista ao serviço público, em detrimento do caráter coletivo e social da função estatal.

* Flexibilização das carreiras e contratações: amplia vínculos e formas de ingresso, o que pode fragilizar o mérito técnico e facilitar indicações políticas.

* Ampliação de vínculos temporários: estimula contratações precárias e sem estabilidade, comprometendo a continuidade e a qualidade dos serviços públicos.

* Extinção de cargos por decreto: autoriza o Executivo a eliminar cargos sem aval do Congresso, concentrando poder e ameaçando a autonomia institucional.

Presenças

Também estiveram presentes: Anaseg, Anatesp, Anfip, Aojesp, Aprojus, Aspal, ASJ, Assetj, Atens SN, Capesp, Fenafisco, Fenale, Fenalegis, Fenastc, Fespesp, Sindafep, Sindafisco, Sindafetema, Sindalem, Sindalesc, Sindicontas PE, Sindicontas PR, Sindefesa, Sindep MG, Sindifisco RS, Sindilegis PR, Sindilex, SindMP PR, Sinafresp, Sinfzafisco MG, SinPRF PR, Sisal MS, Sitesp, CUT, Condsef, Confetam, CNTE, além de outras entidades e sindicatos.



CONEXÃO EMPRESARIAL

TURISMO, OURO SUSTENTÁVEL.



PALESTRANTE **JORGE REBELO DE ALMEIDA**

PRESIDENTE E FUNDADOR DO VILA GALÉ

4 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA)
12H ÀS 14H30

CENTRO DE REFERÊNCIA DO QUEIJO ARTESANAL - ESPAÇO 356
RUA ADRIANO CHAVES E MATOS, 100, OLHOS D'ÁGUA.

REALIZAÇÃO

VB Comunicação

ViverBrasil

BLOG DO **PCO**

OTEMPO

LEIA O QR CODE E ADQUIRA SEU INGRESSO

